



Ofício nº 14/2022

Brasília, 01 de dezembro de 2022

A Sua Excelência o Senhor
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente Eleito da República

Assunto: Apresentação da PÚBLICA Central do Servidor e de sua pauta emergencial

Excelentíssimo Senhor Presidente da República eleito,

É com grande satisfação que a Pública Central do Servidor parabeniza Vossa Excelência por ter sido eleito Presidente da República, para mais um mandato que lhe foi entregue pela maioria do povo brasileiro, na esperança da reconstrução do país necessário para o cidadão brasileiro.

Desejamos uma ótima gestão nos próximos quatro anos, com um Brasil democrático, mais humano e mais presente em nossas vidas. Estendemos os cumprimentos ao vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin.

A Pública Central do Servidor é uma central sindical organizada na forma da Lei nº 11.648/2008 e domiciliada em Brasília, que surgiu para aglutinar os servidores públicos de todo o país. É o resultado da percepção de lideranças, das instâncias municipais, estaduais e federal e de todas as esferas de poder, de que os servidores públicos possuem especificidades nas suas condições de carreira e precisam de uma representação mais efetiva e exclusiva.

A Pública tem a convicção de que é fundamental reconstruir o Estado Nacional, assegurando o planejamento do Estado, com um Projeto de Nação, que garanta investimentos públicos para a retomada dos investimentos e o resgate do setor industrial brasileiro, alcançando os investimentos sociais com a superação da miséria a que está submetida uma grande parcela dos brasileiros.

Para que isto se concretize, os servidores públicos são parte imprescindível para cumprimento dos avanços sociais conquistados na Constituição Cidadã de 1988. Somos parte do Estado, o braço que disponibiliza ao cidadão os direitos sociais e, assim, consideramos extremamente necessária uma análise profunda sobre a administração pública.



Acreditamos que entre os grupos de transição de governo, um deles deveria ser específico sobre ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Elencamos a seguir, uma pauta que merece a atenção de Vossa Excelência e poderia ser objeto de discussão neste grupo de transição:

- 1. Mesa permanente de negociação.** Importante instrumento para democratizar o relacionamento entre Estado e seus Servidores Públicos. É uma ferramenta potente de gestão e diálogo, podendo contribuir para a melhoria dos diversos aspectos referentes ao trabalho, permitindo um aprimoramento cada vez maior dos serviços prestados.
- 2. Concurso Público.** Forma democrática de selecionar trabalhadores qualificados para o exercício de cargos, empregos e funções públicas ao exercício de representação do Estado para o cidadão brasileiro. Portanto, é fundamental aprimorar este instituto, de forma a garantir, cada vez mais, o fortalecimento do Estado e da execução de suas missões e responsabilidades institucionais.
- 3. Escolas de Formação.** Os servidores públicos no seu trabalho de levar ao **cidadão** os direitos constitucionais, precisam estar preparados para o exercício dessa função. As escolas de governo, portanto, deveriam ser a principal forma de promoção no serviço público.
- 4. Plano de cargos, salários e carreira.** Garantir o desenvolvimento das carreiras do serviço público por meio de revisões constantes de cargos e vencimentos ao longo tempo de prestação de serviços ao Estado.
- 5. Direitos perdidos.** As diversas reformas com emendas e leis infraconstitucionais eliminou importantes direitos para o desenvolvimento do servidor e dos serviços públicos e precisam ser reavaliados.
- 6. Prestação de Serviços Públicos.** Melhorar a infraestrutura para que o serviço público seja prestado com qualidade e eficiência.



7. **Terceirização.** Essa forma de trabalho é um dos mecanismos mais eficientes de desmonte do conteúdo social do Estado e de sua privatização. Ela deveria ser adotada, apenas de maneira pontual, pois se

a ideia é o trabalho por longo tempo, a terceirização precariza e descaracteriza a responsabilidade para com o Estado.

8. **Estabilidade.** A estabilidade do servidor público é fundamental para a manutenção do interesse público. O desempenho imparcial de suas funções, com subordinação apenas ao interesse público, garante a redução da incidência de corrupção dentro da máquina pública, fechando o espaço para práticas patrimonialistas, clientelistas e nepotismos.

9. **Previdência.** Manutenção do RPPS pela especificidade do trabalho prestado ao Estado. É fundamental que haja uma revisão das últimas medidas de reformas da previdência, que promoveram uma série de mudanças nas regras de aposentadorias e pensões, trazendo insegurança aos trabalhadores públicos, com medidas votadas por legislação infraconstitucional. O artigo 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, instituiu a contribuição de servidores inativos e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o custeio do RPPS, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. É importante que haja uma revisão desta situação, pois é injusto que o servidor contribua toda uma vida e, ao se aposentar, ainda continue a contribuir.

10. **Teletrabalho.** Com urgência, o Estado precisa melhor regulamentar o teletrabalho, hoje na dependência de gestores, descontrole da carga horária, equipamentos precários e às custas do servidor, isolamento social e profissional e tecnologia ainda sem a performance necessária ao bom desempenho, entre outros problemas que precisam ser rediscutidos.



11. Reforma Sindical, Sindicalização e Direito de Greve. É de suma importância a recriação do Ministério do Trabalho para estudar a sindicalização do servidor público em razão da sua especificidade como trabalhador do Estado, prestador de serviço ao público. É importante que se regulamente o direito de greve dos servidores públicos e esta regulamentação deve contar com a participação dos seus sindicatos. Além do direito de greve, é necessário que se criem outros instrumentos para reivindicações concernentes às condições de trabalho.

12. Reposição Automática da Inflação. É de extrema essencialidade que o Estado cumpra o art. 37, X da Constituição Federal e que seja automática a reposição inflacionária do período anterior de forma a manter o poder aquisitivo, direito de todo trabalhador.

13. Autonomia das Universidades Federais e Estaduais. Não é possível desenvolver estudos e pesquisas sem a garantia da autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial. Fundamental também que se extinga a lista tríplice para escolha de reitores, cabendo, exclusivamente, à comunidade acadêmica a eleição dos dirigentes máximos das instituições.

14. Correção da tabela do Imposto de Renda. Indistintamente, trabalhadores do Estado da iniciativa privada não vivem de rendimentos, mas são descontados como se assim fosse. Uma medida urgente precisa ser tomada para fazer justiça aos trabalhadores em geral.

15. PEC 32 – REFORMA ADMINISTRATIVA – Essa pec muda totalmente o Estado que conhecemos hoje. Afasta o Estado definitivamente do estado do bem-estar social. Transfere para a iniciativa privada o serviço público, hoje obrigação constitucional do Estado. O que hoje é atendimento ao cidadão, especialmente os menos favorecidos, gratuito, passa a ser uma mercadoria na busca de lucro. É necessário abandonar, arquivar a PEC 32 e que uma nova reforma administrativa possa ser discutida a partir do novo governo.



Estes, Excelentíssimo Senhor Presidente da República eleito, são alguns dos pontos elencados pela Pública Central do Servidor perante o conjunto das demais Centrais Sindicais.

Nos colocamos à disposição para contribuir nas discussões que se fizerem necessárias e aguardamos que, em conjunto, possamos iniciar, em breve, mesas de negociação.

Apresentamos nossas cordiais saudações.

Respeitosamente

José Gozze
Presidente Nacional
Pública Central do Servidor